

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A GESTÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

**ARTIFICIAL INTELLIGENCE, EDUCATION, AND THE THIRD SECTOR:
OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR SOCIAL MANAGEMENT AND
HUMAN DEVELOPMENT**

Ciências Sociais Aplicadas • 20/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784422951](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784422951)

Jaison da Silva Sacramento¹

RESUMO

O artigo examina a relação entre Inteligência Artificial, Educação e Terceiro Setor, analisando oportunidades e desafios para a gestão social e o desenvolvimento humano. O Terceiro Setor, formado por organizações sem fins lucrativos, atua em áreas nas quais Estado e mercado não conseguem atender plenamente às demandas sociais, contribuindo para a promoção da justiça social, da inclusão, da educação e da cidadania. A incorporação da Inteligência Artificial, incluindo aplicações de Inteligência Artificial Generativa, amplia possibilidades de eficiência organizacional, produção de conteúdos, inclusão digital e fortalecimento de processos formativos. Contudo, sua adoção exige atenção a aspectos éticos, legais e institucionais, especialmente quanto à transparência, privacidade, governança digital e equidade no acesso às tecnologias. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica com procedimento sistematizado de busca, fundamentada em produções acadêmicas sobre Terceiro Setor, inovação social, educação, inteligência artificial, sustentabilidade e gestão social. Conclui-se que a articulação entre governo, setor privado, universidades e sociedade civil é essencial para potencializar o uso responsável da Inteligência Artificial em iniciativas sociais e educacionais, fortalecendo o papel do Terceiro Setor como agente de transformação social, inclusão digital e desenvolvimento humano no Brasil.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação; Terceiro Setor; Inovação Social; Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This article examines the relationship between Artificial Intelligence (AI), Education, and the Third Sector, analyzing opportunities and challenges for social management and human development. The Third Sector, composed of non-profit organizations, operates in areas

where the State and the market are often unable to fully meet social demands, contributing to the promotion of social justice, inclusion, education, and citizenship. The incorporation of Artificial Intelligence, including Generative Artificial Intelligence applications, expands possibilities for organizational efficiency, content production, digital inclusion, and the strengthening of educational and training processes. However, its adoption requires careful attention to ethical, legal, and institutional aspects, particularly regarding transparency, privacy, digital governance, and equitable access to technology. Methodologically, the study is characterized as a bibliographic review with a systematized search procedure, grounded in academic literature on the Third Sector, social innovation, education, artificial intelligence, sustainability, and social management. The findings suggest that collaboration among government, the private sector, universities, and civil society is essential to foster the responsible use of Artificial Intelligence in social and educational initiatives, thereby strengthening the role of the Third Sector as an agent of social transformation, digital inclusion, and human development in Brazil.

Keywords: Artificial Intelligence; Education; Third Sector; Social Innovation; Human Development.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Vesco (2020), o Terceiro Setor é composto por entidades sem fins lucrativos que surgiram para enfrentar problemas sociais, mitigar seus impactos e promover melhorias em áreas nas quais os setores público e privado frequentemente não conseguem atender plenamente às demandas existentes. Desde suas origens, associadas às primeiras ações de caridade promovidas pela Igreja, até sua configuração contemporânea, esse setor tem

demonstrado capacidade de adaptação às transformações sociais, políticas e econômicas, especialmente aquelas decorrentes da industrialização e da urbanização. Nesse contexto, as organizações do Terceiro Setor desempenham papel relevante na promoção da justiça social, na proteção ambiental, na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento de iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano e à educação.

Com o avanço das tecnologias emergentes, especialmente da Inteligência Artificial (IA), surgem novas oportunidades para aprimorar as operações dessas organizações e ampliar sua capacidade de atuação. A IA apresenta potencial para aumentar a eficiência operacional, aperfeiçoar processos de tomada de decisão baseados em dados e expandir o impacto social das ações desenvolvidas pelo Terceiro Setor. No campo educacional, essas tecnologias também podem contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento, para a personalização de processos formativos e para o fortalecimento de práticas voltadas à inclusão social e digital. Contudo, essa transformação tecnológica também impõe desafios éticos, legais e operacionais que precisam ser enfrentados para garantir uma utilização responsável, transparente e socialmente inclusiva.

Em um contexto marcado pela transformação digital e pelo avanço de modelos educacionais orientados ao desenvolvimento humano, a utilização da Inteligência Artificial adquire relevância crescente em iniciativas educacionais promovidas por organizações da sociedade civil. Tais organizações atuam não apenas na oferta de serviços assistenciais, mas também no desenvolvimento de projetos educacionais, programas de formação cidadã e ações de inclusão digital voltadas a populações em situação de vulnerabilidade social.

Nesse cenário, a adoção de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial pode contribuir para a ampliação das oportunidades de aprendizagem, para a democratização do acesso à informação e para o fortalecimento de estratégias educacionais alinhadas às demandas contemporâneas da sociedade do conhecimento.

O conceito de Terceiro Setor foi formulado para suprir lacunas deixadas pelos setores público e privado na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social. Segundo Almeida e Espejo (2012, p. 9), “o terceiro setor é composto por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, as quais foram criadas e são mantidas por pessoas que se voluntariam a realizar tal atividade, estando comprometidas com as práticas da caridade, filantropia e mecenato (incentivo e patrocínio de atividades artísticas e culturais)”. No Brasil, esse setor possui trajetória consolidada, com raízes que remontam às Santas Casas e a outras instituições filantrópicas do período colonial. A atuação dessas organizações foi moldada por transformações econômicas e sociais, como a Revolução Industrial e a urbanização, que produziram demandas às quais o Estado não conseguiu responder de maneira satisfatória. Em resposta a esse contexto, surgiram organizações do Terceiro Setor, incluindo organizações não governamentais (ONGs), voltadas ao enfrentamento de problemas sociais emergentes.

O arcabouço jurídico brasileiro que regulamenta o Terceiro Setor contempla importantes instrumentos normativos, entre os quais se destacam a Lei das Organizações Sociais (Lei n.º 9.637/1998) (Brasil, 1998) e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei n.º 13.019/2014) (Brasil, 2014). Apesar desse conjunto de mecanismos legais, as organizações ainda enfrentam desafios relacionados à

sustentabilidade institucional, especialmente em períodos de retração econômica e redução do financiamento público. Nesse sentido, conciliar a missão social com a necessidade de captação de recursos permanece como uma das principais tensões que permeiam a gestão das organizações do Terceiro Setor.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo examinar os conceitos, políticas públicas, mecanismos de proteção, ferramentas e projetos relacionados à inovação social e tecnológica, com ênfase na aplicação da Inteligência Artificial no contexto do Terceiro Setor. Busca-se compreender de que forma essas tecnologias podem contribuir para o fortalecimento da gestão social, para a ampliação de iniciativas educacionais, para a promoção da inclusão digital e para o desenvolvimento humano. A análise crítica das políticas públicas, bem como dos desafios éticos e operacionais associados à IA, pretende oferecer subsídios para uma implementação sustentável, inclusiva e socialmente responsável dessas tecnologias em organizações sociais. Dessa forma, espera-se contribuir para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Terceiro Setor, ampliando suas possibilidades de inovação, transformação social e geração de valor público.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada para investigar a intersecção entre o Terceiro Setor, a Educação e a Inteligência Artificial (IA), com ênfase nas oportunidades e nos desafios que essas tecnologias representam para a gestão social, o desenvolvimento humano e os processos educacionais promovidos por organizações sem fins lucrativos. Considerando o crescente avanço das tecnologias digitais e das aplicações baseadas em Inteligência

Artificial, incluindo recursos associados à Inteligência Artificial Generativa, buscou-se compreender como essas ferramentas podem contribuir para a ampliação do impacto social, para a inclusão digital e para o fortalecimento de iniciativas educacionais voltadas a populações em situação de vulnerabilidade.

Com base nos princípios metodológicos de Prodanov e Freitas (2013), adotou-se uma revisão bibliográfica com procedimento sistematizado de busca, com o objetivo de identificar, reunir e organizar as principais contribuições teóricas relacionadas ao Terceiro Setor, à inovação social, à educação, ao desenvolvimento humano e à Inteligência Artificial. Foram consultadas fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses, disponíveis em bases de dados como SciELO, Redalyc e Google Scholar. Esse procedimento permitiu mapear o estado da arte da utilização da Inteligência Artificial em contextos sociais e educacionais, bem como identificar tendências, potencialidades e desafios associados à incorporação dessas tecnologias em organizações da sociedade civil.

A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem documental e bibliográfica, seguindo as orientações metodológicas apresentadas por Prodanov e Freitas (2013). As buscas foram realizadas utilizando as palavras-chave “Terceiro Setor”, “educação”, “inovação social”, “inteligência artificial”, “inteligência artificial generativa”, “desenvolvimento humano”, “políticas públicas”, “sustentabilidade” e “gestão social”, buscando assegurar ampla cobertura dos temas relacionados ao objeto de estudo. Essa estratégia possibilitou a seleção de um conjunto consistente de trabalhos que fundamentam a discussão acerca do potencial da Inteligência Artificial para apoiar processos educacionais, fortalecer práticas de gestão social e

promover soluções inovadoras voltadas ao enfrentamento de desafios sociais contemporâneos.

A análise do material selecionado foi realizada com base nas contribuições de Poupart et al. (2014), que orientam uma leitura crítica e contextualizada das evidências teóricas e empíricas disponíveis na literatura. Essa abordagem permitiu compreender os diferentes contextos de aplicação da Inteligência Artificial em organizações do Terceiro Setor, especialmente em iniciativas relacionadas à educação, à inclusão social e ao desenvolvimento humano. Além disso, possibilitou examinar de que forma tecnologias emergentes, incluindo aplicações de Inteligência Artificial Generativa, podem contribuir para a personalização de processos formativos, para a ampliação do acesso ao conhecimento e para o fortalecimento da atuação social das organizações, considerando simultaneamente os desafios éticos, operacionais e institucionais associados à sua utilização.

3. A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DO TERCEIRO SETOR: DA FILANTROPIA ANTIGA À JUSTIÇA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

3.1. Origens e Desenvolvimento Histórico do Terceiro Setor

Para Carneiro (1988), as persistentes desigualdades sociais observadas na contemporaneidade permitem estabelecer paralelos com estruturas sociais presentes na sociedade imperial romana. Nessa mesma direção, Silva (2024) destaca que o Estado de Bem-Estar Social surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX como resposta às transformações decorrentes da industrialização, da urbanização e das crescentes demandas por melhores condições de vida. Nesse contexto, iniciativas filantrópicas, religiosas,

empresariais e programas sociais passaram a desempenhar papel relevante na mitigação de tensões sociais, ainda que, em muitos casos, oferecessem soluções paliativas sem alterar as estruturas que produziam as desigualdades.

As origens do Terceiro Setor encontram-se associadas às práticas de caridade e filantropia desenvolvidas por civilizações antigas, especialmente na Grécia e em Roma. Nessas sociedades, a generosidade era frequentemente vinculada ao status social, ao reconhecimento público e às crenças religiosas vigentes. Conforme observam Silva e Arnaud (2013, apud Abbagnano, 2000), “a constituição da alcunha ‘filantropia’ como expressão de determinado modo de relação social teve como cenário a Grécia antiga, berço da democracia ocidental”.

Refere-se à compreensão que tinham Aristóteles e os estóicos desta palavra: amizade do homem para com outro homem, entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem. Este conceito também foi atribuído a Platão, que o entendia sob três aspectos: saudação, ajuda e hospitalidade. O homem como ser social por essência justificava a naturalização dessas relações, considerando ainda que a igualdade e a democracia fossem devidas àqueles que tinham o status de cidadãos (Silva; Arnaud, 2013, p. 2).

Segundo Silva (2024), na Grécia Antiga a filantropia estava associada à honra e à reputação pública. Cidadãos economicamente

favorecidos financiavam eventos, obras e iniciativas comunitárias como forma de demonstrar virtude e contribuir para o bem-estar coletivo. Essas práticas fortaleciam a coesão social e legitimavam as estruturas vigentes. O euergetismo, por exemplo, consistia na realização de contribuições destinadas ao interesse público, conferindo prestígio social aos seus patrocinadores. Em Roma, práticas como a **liberalitas**, caracterizadas pela distribuição de alimentos e recursos à população, contribuía para fortalecer os vínculos entre as elites e os cidadãos comuns, favorecendo a estabilidade social. Embora informais, essas iniciativas constituíram importantes antecedentes das organizações que atualmente compõem o Terceiro Setor.

De acordo com Vesco (2020), o surgimento do Terceiro Setor está frequentemente associado à incapacidade do Estado de responder adequadamente às necessidades sociais e ao agravamento das desigualdades econômicas e sociais. Ao longo da história, a concentração de recursos em grupos restritos produziu cenários marcados pela exclusão social e pela limitação do acesso a direitos básicos. Embora as formas de manifestação dessas desigualdades tenham se transformado ao longo do tempo, desafios relacionados à saúde, à alimentação, à educação e à inclusão social continuam presentes. É nesse contexto que as organizações do Terceiro Setor assumem relevância, atuando na promoção do bem-estar coletivo e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano.

3.2. A Idade Média e a Consolidação da Caridade Pela Igreja

Durante a Idade Média, a Igreja desempenhou papel central na institucionalização da caridade como prática social e religiosa. Conforme observa Charrone (2020), “a partir das epístolas,

percebemos o interesse de Gregório por problemas de toda espécie, desde a atenção à gestão, às necessidades materiais e às instituições de caridade”. Nesse período, ordens religiosas fundaram hospitais, albergues e instituições de acolhimento destinadas ao atendimento de populações vulneráveis, fortalecendo a associação entre assistência social e valores espirituais.

Por isso, é possível enxergar em Gregório I o intelectual orgânico da nova ordem. Ademais, não podemos esquecer que coube à Igreja, e por extensão a ele, o papel de criar mecanismos e instituições de apoio aos desvalidos (pobres, prisioneiros e escravos) do novo sistema de produção que se implantava no Ocidente, especialmente por meio da caridade que, em última análise, contribuía para a reprodução e o reforço do próprio sistema. Os intelectuais orgânicos são aqueles que fazem parte de um organismo vivo e em expansão (Charrone, 2020, p. 9).

Segundo Bianco (2015), o trabalho assistencial era compreendido como dever cristão e caminho para a salvação, sendo a caridade considerada uma das principais virtudes da vida religiosa. Entretanto, as reformas religiosas ocorridas na cristandade ocidental também reforçaram a autoridade institucional da Igreja e o fortalecimento do clero. Esse processo produziu tensões entre os ideais de simplicidade e solidariedade presentes no discurso religioso e práticas relacionadas à acumulação de riquezas e à cobrança de tributos, evidenciando contradições que marcaram a atuação da instituição ao longo da história.

Para Silva (2024), o Terceiro Setor, frequentemente associado apenas à filantropia e ao assistencialismo, consolidou-se historicamente como importante agente de transformação social. A atuação da Igreja na assistência aos grupos mais vulneráveis, embora marcada por contradições institucionais, contribuiu para a formação de práticas organizadas de apoio social. Essas experiências constituíram fundamentos importantes para o desenvolvimento das organizações contemporâneas voltadas à promoção da justiça social, da cidadania e do desenvolvimento humano.

3.3. O Nascimento das Organizações do Terceiro Setor no Século XIX

De acordo com Araújo (2006), embora o conceito de Terceiro Setor tenha adquirido maior notoriedade no Brasil a partir da década de 1990, suas origens remontam a períodos históricos anteriores. A chegada dos portugueses e a influência da Igreja Católica favoreceram o desenvolvimento de práticas filantrópicas voltadas à saúde, à educação e à assistência social. Posteriormente, o modelo contemporâneo de organizações sem fins lucrativos consolidou-se nos Estados Unidos, estruturando-se como alternativa para atender demandas sociais não plenamente contempladas pelo Estado ou pelo mercado.

Segundo Kothe (2008), o período compreendido entre 1945 e 1973 foi marcado pela expansão econômica dos países capitalistas avançados e pela consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Contudo, a crescente complexidade dos problemas sociais revelou limitações dos governos em responder de forma abrangente às demandas da população. Nesse cenário, surgiram as primeiras organizações não governamentais, muitas delas vinculadas a

iniciativas assistenciais e religiosas, voltadas à oferta de serviços essenciais e apoio emergencial. A partir da década de 1970, essas organizações ampliaram seu campo de atuação, incorporando projetos relacionados à educação, à saúde, à inclusão social e ao desenvolvimento comunitário.

Araújo (2006) destaca que a configuração contemporânea do Terceiro Setor brasileiro possui raízes na atuação conjunta entre colonizadores portugueses e instituições religiosas, responsáveis pela implementação de ações filantrópicas orientadas pelos princípios da caridade cristã. Essas práticas, embora inicialmente assistencialistas, contribuíram para a construção de uma cultura de solidariedade que influenciou a formação das organizações sociais contemporâneas.

Vesco (2020) ressalta que o desenvolvimento do Terceiro Setor ocorreu de forma gradual e complexa. Inicialmente caracterizadas por relações paternalistas e assistenciais, as ações sociais evoluíram para modelos organizacionais mais estruturados e comprometidos com a promoção de direitos, a participação democrática e a transformação social.

Silva (2024) argumenta que a Revolução Industrial, associada à urbanização e às mudanças nas estruturas sociais e familiares, intensificou problemas como pobreza urbana, exclusão social e precarização das condições de trabalho. Em resposta a esse cenário, surgiram instituições humanitárias voltadas à mitigação desses problemas, destacando-se a Cruz Vermelha como uma das experiências mais relevantes de assistência à saúde e proteção social. Esse processo evidenciou o potencial do Terceiro Setor como espaço autônomo de atuação social, especialmente em contextos

nos quais Estado e mercado se mostravam insuficientes para atender às demandas coletivas. A consolidação moderna do Terceiro Setor representa, portanto, uma resposta histórica às necessidades sociais, fundamentada em princípios de solidariedade, inclusão e promoção da justiça social.

3.4. O Desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil

De acordo com Araújo (2006), a trajetória do Terceiro Setor no Brasil remonta ao período colonial, tendo como marco inicial a criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543. Considerada a primeira instituição filantrópica do país, sua fundação inaugurou uma tradição de organizações voltadas à assistência social, especialmente direcionadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade. As Santas Casas de Misericórdia, administradas pela Igreja Católica, estabeleceram um modelo assistencial que contemplava pobres, doentes e marginalizados, consolidando-se como as principais instituições de apoio social durante os períodos colonial e imperial.

Segundo Silva (2024), as transformações econômicas e políticas ocorridas ao longo do século XX contribuíram para redefinir o papel das organizações da sociedade civil. As políticas neoliberais, voltadas à redução da inflação, ao aumento da eficiência econômica e ao estímulo ao crescimento, ganharam força em diversos países a partir das décadas de 1970 e 1980. No Brasil, esse contexto coincidiu com o processo de redemocratização, favorecendo a expansão do Terceiro Setor e o fortalecimento de organizações voltadas à defesa dos direitos humanos, à assistência social, à proteção ambiental e à promoção do desenvolvimento comunitário.

3.5. O Papel das ONGs Brasileiras na Promoção dos Direitos Humanos

Araújo (2006) destaca que a efetividade do Terceiro Setor depende da capacidade de suas organizações atuarem de forma propositiva, crítica e comprometida com a transformação social. Segundo o autor, a ausência de posicionamentos mais firmes e consistentes pode reduzir sua atuação a discursos pouco efetivos, incapazes de produzir mudanças concretas nas estruturas sociais. Nesse sentido, a relevância das organizações da sociedade civil está diretamente relacionada à sua capacidade de mobilização, articulação e intervenção em questões de interesse coletivo.

O termo “Terceiro Setor” assume diferentes significados ao longo da história e em distintos contextos sociais. Na contemporaneidade, entretanto, não se refere ao setor terciário da economia, mas a um conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos que atuam em benefício público. Essas instituições ocupam posição intermediária entre o Estado, tradicionalmente identificado como primeiro setor, e o mercado, reconhecido como segundo setor, buscando complementar ações voltadas à promoção do bem-estar social e ao fortalecimento da cidadania.

Conforme Silva (2024), a consolidação do conceito contemporâneo de Terceiro Setor ocorreu de forma mais expressiva durante o processo de redemocratização brasileira, especialmente a partir da década de 1980. Esse período foi marcado pela ampliação da participação social e pelo fortalecimento de organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos, à preservação ambiental e ao desenvolvimento comunitário. Nesse contexto, entidades como a Pastoral da Criança e a Ação Educativa destacaram-se pela

implementação de projetos voltados à educação, à saúde e à promoção dos direitos civis, contribuindo para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento da sociedade civil organizada.

A atuação dessas organizações ultrapassou o caráter assistencialista tradicional, assumindo papel relevante na promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano. Além disso, sua participação em iniciativas educacionais e comunitárias contribuiu para ampliar o acesso a direitos fundamentais e fortalecer mecanismos de participação democrática, consolidando uma cultura de solidariedade e responsabilidade social.

3.6. Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil

De acordo com Ferrarezi (2007), a consolidação institucional do Terceiro Setor brasileiro foi acompanhada pela construção de um conjunto de marcos regulatórios destinados a disciplinar e fortalecer a atuação das organizações da sociedade civil. Entre os instrumentos mais relevantes destacam-se a Lei nº 9.790/1999, que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Essas normativas estabeleceram parâmetros para o funcionamento das entidades sem fins lucrativos, promovendo maior transparência na gestão de recursos, aprimorando mecanismos de prestação de contas e fortalecendo a cooperação entre Estado e sociedade civil. Como resultado, o Terceiro Setor passou a dispor de instrumentos institucionais capazes de ampliar sua legitimidade e sua capacidade de atuação em áreas estratégicas para o desenvolvimento social.

Na perspectiva de Silva (2024), o reconhecimento jurídico das associações e fundações representou um avanço significativo para a consolidação do setor. A formalização dessas organizações ampliou sua visibilidade perante o Estado e a sociedade, permitindo maior participação de atores sociais na esfera pública. Esse fortalecimento jurídico-institucional contribuiu para modernizar as relações entre governo e organizações da sociedade civil, favorecendo a construção de parcerias voltadas à implementação de políticas públicas e ao enfrentamento de problemas sociais complexos.

3.7. A Importância Atual do Terceiro Setor

Ferrarezi (2007) argumenta que as transformações contemporâneas têm provocado mudanças significativas nas formas tradicionais de representação política. Segundo a autora, instituições partidárias frequentemente encontram dificuldades para responder de maneira eficaz às demandas emergentes da sociedade, em razão de fatores como isolamento burocrático, corporativismo, clientelismo e excessiva centralização do poder decisório. Essas limitações contribuem para o fortalecimento de novos mecanismos de participação social e para a ampliação da relevância das organizações da sociedade civil.

Nesse cenário, o Terceiro Setor assume posição estratégica na promoção da justiça social, da sustentabilidade e do desenvolvimento humano. Sua atuação destaca-se na defesa dos direitos humanos, na proteção ambiental, na inclusão social e na oferta de serviços essenciais em áreas como saúde, assistência social e educação. Além disso, o fortalecimento das organizações da sociedade civil tem ampliado sua capacidade de desenvolver

projetos inovadores, contribuir para a formulação de políticas públicas e responder de maneira mais ágil às necessidades coletivas.

A evolução histórica do Terceiro Setor no Brasil evidencia, portanto, sua crescente relevância como agente de transformação social. Ao articular participação cidadã, desenvolvimento comunitário e promoção de direitos, essas organizações consolidam-se como importantes instrumentos para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento humano.

3.8. Desafios e Oportunidades do Terceiro Setor no Século XXI

De acordo com Chaar, Castro e Dias (2023), o avanço do fenômeno da globalização tem produzido impactos significativos nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esse cenário favorece o surgimento de novas formas de articulação entre diferentes atores sociais, bem como a construção de diretrizes compartilhadas para a formulação de políticas e ações voltadas ao enfrentamento de desafios globais. Nesse contexto, ganha destaque o fenômeno do transnacionalismo, caracterizado pela crescente interconexão e interdependência entre Estados, organizações internacionais, instituições privadas e organizações da sociedade civil.

Para Silva e Borges (2023), a globalização trouxe desafios e oportunidades relevantes para o Terceiro Setor. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), materializada por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça o papel estratégico das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da redução das

desigualdades. A capacidade dessas organizações de atuar simultaneamente em contextos locais e em agendas globais permite que desempenhem papel fundamental na implementação de iniciativas voltadas à promoção da justiça social, da cidadania e do desenvolvimento humano.

Segundo Silva (2024), a globalização constitui um processo multifacetado que intensifica as relações de interdependência entre países, economias, culturas e populações. Nesse cenário, o Terceiro Setor amplia sua relevância como agente de transformação social, especialmente por sua capacidade de traduzir diretrizes globais em ações concretas voltadas às necessidades específicas das comunidades. A atuação das organizações da sociedade civil contribui para a disseminação de práticas sustentáveis, para o fortalecimento da participação cidadã e para a construção de soluções voltadas ao enfrentamento de problemas sociais complexos.

Além da implementação de ações assistenciais e comunitárias, as organizações do Terceiro Setor passaram a assumir papel crescente em iniciativas relacionadas à educação, à inclusão digital e ao desenvolvimento de competências voltadas à cidadania. Esse movimento evidencia a ampliação de sua atuação para além da assistência tradicional, consolidando seu papel como espaço de promoção do desenvolvimento humano e fortalecimento das capacidades individuais e coletivas.

3.9. Responsabilidade Social Corporativa, Greenwashing e Socialwashing

De acordo com Coelho (2023), a crescente relevância da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) tem impulsionado a ampliação da divulgação de informações corporativas e de estratégias de comunicação voltadas à sustentabilidade. Entretanto, esse movimento também favoreceu o surgimento de práticas caracterizadas pela divulgação de informações parciais ou enganosas relacionadas ao desempenho socioambiental das organizações. Essas práticas são conhecidas como *greenwashing*, quando relacionadas a questões ambientais, e *socialwashing*, quando vinculadas a aspectos sociais.

Segundo o autor, tais estratégias podem induzir investidores, consumidores e a sociedade em geral a interpretações equivocadas acerca do compromisso real das organizações com princípios de responsabilidade socioambiental. Por essa razão, o *greenwashing* e o *socialwashing* são considerados práticas incompatíveis com os princípios da transparência e da responsabilidade corporativa, estando sujeitos a mecanismos de responsabilização e sanções legais.

Nesse contexto, o Terceiro Setor enfrenta desafios significativos. Conforme destaca Coelho (2023), além de assegurar a transparência e a legitimidade de suas próprias iniciativas, as organizações da sociedade civil precisam lidar com instituições que utilizam discursos socioambientais apenas como estratégia de fortalecimento de imagem, sem que haja efetivo compromisso com a promoção de mudanças sociais ou ambientais.

Raphael e Dias (2024) argumentam que o *greenwashing* e o *socialwashing* ultrapassam a simples divulgação de campanhas enganosas. Essas práticas também se manifestam pela ausência de

transparência sobre processos produtivos, utilização de recursos e impactos efetivamente gerados pelas organizações. Em muitos casos, produtos ou iniciativas são apresentados como sustentáveis sem que existam evidências concretas que sustentem tais afirmações. Esse cenário reforça a necessidade de consumidores, investidores e cidadãos cada vez mais críticos e informados.

Diante desse contexto, as organizações do Terceiro Setor assumem papel relevante não apenas na execução de ações sociais, mas também na promoção da educação, da conscientização pública e da formação cidadã. A disseminação de informações confiáveis e a construção de uma cultura baseada na transparência tornam-se elementos fundamentais para fortalecer a confiança social e ampliar a efetividade das iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a educação e a conscientização da sociedade para identificar e denunciar práticas de *greenwashing* e *socialwashing* constituem instrumentos essenciais para o fortalecimento de iniciativas genuinamente comprometidas com a transformação social. Transparência, responsabilidade e ética emergem como princípios indispensáveis para a atuação do Terceiro Setor no século XXI, especialmente em um contexto marcado pela crescente complexidade dos desafios sociais, ambientais e tecnológicos.

Dessa forma, os desafios contemporâneos enfrentados pelo Terceiro Setor revelam-se indissociáveis das oportunidades proporcionadas pela inovação, pela educação e pelo desenvolvimento de novas capacidades institucionais. A necessidade de responder a demandas cada vez mais complexas exige que essas organizações fortaleçam seus mecanismos de governança, ampliem sua capacidade de

adaptação e incorporem estratégias inovadoras capazes de potencializar seu impacto social. Nesse cenário, tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, passam a representar oportunidades relevantes para apoiar processos de gestão, educação, inclusão social e desenvolvimento humano, tema que será aprofundado no capítulo seguinte.

4. TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TERCEIRO SETOR: CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

4.1. Tecnologia Como Vetor de Inovação Social

A incorporação das tecnologias digitais ao Terceiro Setor tem ampliado significativamente as possibilidades de atuação das organizações da sociedade civil. Conforme argumentam Araújo e Cândido (2015), a tecnologia passou a ocupar papel estratégico na promoção da inovação social, permitindo que organizações sem fins lucrativos ampliem seu alcance, fortaleçam sua capacidade de mobilização e desenvolvam soluções mais eficientes para problemas coletivos. Nesse contexto, a utilização de recursos tecnológicos favorece não apenas a modernização dos processos organizacionais, mas também a ampliação do impacto social das iniciativas desenvolvidas.

Segundo Araújo e Cândido (2015), o Terceiro Setor desempenha importante função na aproximação entre sociedade, ciência, tecnologia e inovação. Essa articulação contribui para a construção de soluções voltadas ao enfrentamento de desafios sociais complexos, promovendo a participação de diferentes atores na produção e na disseminação do conhecimento. A tecnologia deixa,

assim, de ser compreendida apenas como instrumento operacional e passa a ser entendida como elemento capaz de fortalecer processos de inclusão social, desenvolvimento comunitário e transformação social.

A inovação social emerge nesse cenário como uma resposta às limitações dos modelos tradicionais de intervenção social. Para Araújo e Cândido (2015), iniciativas de inovação social buscam desenvolver soluções sustentáveis para problemas relacionados à exclusão social, à pobreza, à educação, à saúde e ao acesso a oportunidades. Diferentemente das abordagens assistencialistas, a inovação social procura gerar mudanças estruturais capazes de promover autonomia, participação cidadã e desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, o acesso às tecnologias digitais assume relevância crescente. A democratização do uso de ferramentas tecnológicas amplia a capacidade das organizações de desenvolver projetos educacionais, fortalecer redes de colaboração e compartilhar conhecimentos de maneira mais ampla e acessível. Além disso, o uso estratégico da tecnologia favorece a criação de novos mecanismos de participação social, permitindo maior interação entre organizações, beneficiários e comunidades.

Silva (2024) destaca que os processos de inovação devem estar associados a princípios éticos, à promoção dos direitos humanos, à transparência e à sustentabilidade. Sob essa ótica, a utilização de tecnologias no Terceiro Setor exige compromisso com práticas responsáveis e alinhadas aos objetivos de desenvolvimento social. A inovação tecnológica, quando orientada por valores éticos e

inclusivos, pode contribuir para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo.

Outro aspecto relevante refere-se à sustentabilidade das organizações sociais. Conforme observa Marquez (2021), a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor depende da capacidade de mobilizar recursos financeiros, humanos e institucionais. Nesse contexto, as tecnologias digitais podem contribuir para aprimorar processos de captação de recursos, comunicação institucional, gestão de projetos e monitoramento de resultados. A utilização de sistemas informatizados e ferramentas analíticas permite ampliar a eficiência organizacional e fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências.

Dessa forma, a tecnologia consolida-se como importante vetor de inovação social, oferecendo instrumentos capazes de fortalecer a atuação das organizações da sociedade civil, ampliar sua capacidade de resposta às demandas sociais e potencializar iniciativas voltadas à promoção da cidadania, da educação e do desenvolvimento humano.

4.2. Inteligência Artificial e Inteligência Artificial Generativa no Terceiro Setor

A crescente evolução da Inteligência Artificial (IA) representa uma das transformações tecnológicas mais significativas da contemporaneidade. No contexto do Terceiro Setor, essa tecnologia amplia as possibilidades de inovação social ao oferecer recursos capazes de apoiar processos decisórios, otimizar operações e fortalecer iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano. Conforme destacam Medeiros et al. (2017), a inovação social está

associada à construção de soluções capazes de enfrentar problemas públicos por meio da ação coletiva, da participação social e da criação de novas formas de organização e intervenção social.

Segundo os autores:

Inovação social trata de um processo de mudança social, promovido a partir de uma ação coletiva em resposta a um problema público. Os processos de inovação social ocorrem, no longo prazo, e demandam uma identificação, interpretação e um co-domínio de situações problemáticas, por diferentes atores que agem nas arenas públicas (Medeiros et al., 2017, p. 68-69).

Nesse contexto, a Inteligência Artificial apresenta potencial para apoiar processos de inovação social ao possibilitar a análise de grandes volumes de dados, a identificação de padrões e a geração de informações capazes de subsidiar ações mais eficientes e direcionadas. Organizações do Terceiro Setor podem utilizar essas tecnologias para compreender melhor as necessidades das comunidades atendidas, identificar grupos em situação de vulnerabilidade e planejar intervenções com maior precisão.

Ao discutir os efeitos das transformações tecnológicas, Mendes et al. (2009) argumentam que a inovação não deve ser compreendida exclusivamente sob a perspectiva da substituição do trabalho humano. Embora determinadas atividades sejam automatizadas, a inovação tecnológica também cria novas oportunidades de atuação

profissional, favorece a criação de serviços e amplia possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

Nesse cenário, a Inteligência Artificial assume papel estratégico. Conforme destaca Sacramento (2024), sua utilização ultrapassa a condição de simples tendência tecnológica e passa a representar elemento central para a transformação organizacional e para o fortalecimento da eficiência operacional.

A adoção de soluções sofisticadas em inteligência artificial transcende a mera tendência tecnológica para se firmar como um elemento estratégico crucial capaz de catalisar a transformação de operações empresariais, fomentando a inovação e o crescimento sustentável. A integração de tecnologias de ponta em IA deixou de ser um mero complemento para se tornar uma exigência estratégica para organizações que aspiram otimizar a eficiência operacional (Sacramento, 2024, p. 61).

No âmbito do Terceiro Setor, a IA pode contribuir para a automação de processos administrativos, para a gestão inteligente de recursos e para o aprimoramento da tomada de decisão baseada em evidências. Ferramentas de análise preditiva, por exemplo, permitem identificar tendências e antecipar demandas sociais, favorecendo intervenções mais eficientes e alinhadas às necessidades das populações atendidas.

Além dessas aplicações, o avanço da Inteligência Artificial Generativa amplia significativamente as possibilidades de atuação das organizações sociais. Sistemas capazes de produzir textos, materiais educativos, conteúdos informativos e recursos didáticos oferecem novas oportunidades para programas de formação, inclusão digital e democratização do conhecimento. Em organizações que atuam com educação, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, essas ferramentas podem auxiliar na criação de conteúdos personalizados, adaptados às características e necessidades dos diferentes públicos.

A Inteligência Artificial Generativa também apresenta potencial para fortalecer iniciativas de Educação 5.0, abordagem que busca integrar inovação tecnológica, desenvolvimento humano, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas. Nesse contexto, as tecnologias generativas podem apoiar práticas educacionais mais inclusivas, colaborativas e centradas no aprendiz, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo processos de aprendizagem ao longo da vida.

Outro aspecto relevante refere-se à promoção da inclusão social. Ferramentas baseadas em reconhecimento de voz, processamento de linguagem natural, tradução automática e acessibilidade digital contribuem para reduzir barreiras de comunicação e ampliar o acesso à informação por parte de grupos historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, a Inteligência Artificial pode atuar como instrumento de fortalecimento da cidadania e de promoção da equidade social.

Entretanto, a incorporação dessas tecnologias também apresenta desafios significativos. Questões relacionadas à privacidade dos

dados, à transparência algorítmica, à segurança das informações e à governança digital exigem atenção permanente das organizações. A utilização ética da IA constitui requisito fundamental para assegurar que seus benefícios sejam distribuídos de maneira justa e alinhada aos princípios que orientam a atuação do Terceiro Setor.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer parcerias entre organizações da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e empresas de tecnologia. Essas cooperações podem contribuir para a formação de profissionais, para o compartilhamento de conhecimentos especializados e para a implementação responsável de soluções inovadoras voltadas ao desenvolvimento social.

Em síntese, a Inteligência Artificial e, particularmente, a Inteligência Artificial Generativa representam importantes instrumentos para a promoção da inovação social, da educação, da inclusão digital e do desenvolvimento humano. Quando utilizadas de forma ética, transparente e orientada por objetivos sociais, essas tecnologias ampliam a capacidade de atuação das organizações do Terceiro Setor e fortalecem sua contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, sustentável e baseada no conhecimento.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura examinada evidencia que o Terceiro Setor atravessa um processo de transformação impulsionado pelo avanço das tecnologias digitais e, especialmente, pela expansão da Inteligência Artificial (IA). Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a incorporação dessas tecnologias pode ampliar significativamente a capacidade das organizações sociais de

responder a problemas complexos relacionados à inclusão social, à educação, ao desenvolvimento humano e à promoção da cidadania.

Os achados indicam que a IA apresenta potencial para fortalecer a eficiência operacional das organizações da sociedade civil, contribuindo para a otimização de processos administrativos, para o aprimoramento da gestão de recursos e para o apoio à tomada de decisão baseada em evidências. Nesse contexto, tecnologias como análise preditiva, automação de processos e sistemas inteligentes de apoio à gestão permitem que as instituições identifiquem necessidades específicas, antecipem demandas e direcionem suas ações de maneira mais estratégica.

A literatura também evidencia que a utilização da Inteligência Artificial ultrapassa os benefícios operacionais. Sua aplicação em iniciativas educacionais e programas de formação amplia as possibilidades de democratização do conhecimento, inclusão digital e desenvolvimento de competências essenciais para a sociedade contemporânea. Particularmente, o avanço da Inteligência Artificial Generativa abre novas perspectivas para a produção de conteúdos educacionais, apoio à aprendizagem e desenvolvimento de recursos formativos capazes de ampliar o alcance das ações promovidas pelas organizações do Terceiro Setor.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se à capacidade da IA de favorecer processos de inclusão social. Tecnologias assistivas baseadas em reconhecimento de voz, processamento de linguagem natural e tradução automatizada contribuem para reduzir barreiras de acesso à informação e aos serviços, promovendo maior participação de grupos historicamente vulnerabilizados. Nesse sentido, a inovação tecnológica demonstra

potencial para atuar como instrumento de promoção da equidade e do desenvolvimento humano.

Entretanto, os benefícios identificados na literatura coexistem com desafios relevantes. Questões relacionadas à privacidade de dados, à transparência algorítmica, à segurança das informações e à governança digital aparecem de forma recorrente entre os principais obstáculos à adoção dessas tecnologias. A utilização responsável da Inteligência Artificial exige mecanismos institucionais capazes de assegurar conformidade legal, proteção dos direitos dos usuários e alinhamento com princípios éticos voltados à inclusão e à justiça social.

Os estudos analisados também destacam que a efetividade da IA depende da existência de infraestrutura tecnológica adequada e da capacitação contínua dos profissionais envolvidos. A ausência de conhecimentos técnicos e a limitação de recursos financeiros podem ampliar desigualdades entre organizações, restringindo o acesso às oportunidades proporcionadas pela transformação digital. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer parcerias entre organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior, centros de pesquisa e empresas de tecnologia, favorecendo a difusão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades institucionais.

Outro elemento relevante identificado na literatura refere-se à necessidade de enfrentamento de práticas como o *greenwashing* e o *socialwashing*. Em um contexto marcado pela valorização crescente das agendas de sustentabilidade e responsabilidade social, organizações do Terceiro Setor assumem papel estratégico na promoção da transparência e na conscientização pública. Além de

desenvolver ações sociais, essas instituições exercem função educativa ao contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e capazes de avaliar a autenticidade de iniciativas socioambientais.

Os achados analisados sugerem que a integração entre Inteligência Artificial, educação e desenvolvimento humano representa uma oportunidade relevante para ampliar o impacto das ações do Terceiro Setor. Contudo, a concretização desse potencial depende da adoção de práticas de governança responsáveis, da construção de ambientes organizacionais preparados para a inovação e do compromisso permanente com princípios éticos e inclusivos.

Dessa forma, a literatura aponta que a Inteligência Artificial não deve ser compreendida apenas como instrumento tecnológico, mas como recurso capaz de apoiar processos de transformação social, fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades educacionais. Quando utilizada de maneira ética, transparente e alinhada às necessidades sociais, a IA pode contribuir significativamente para o fortalecimento do Terceiro Setor e para a promoção de um desenvolvimento humano mais inclusivo e sustentável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo examinar a relação entre Inteligência Artificial, Educação e Terceiro Setor, analisando oportunidades, desafios e potencialidades dessas tecnologias para a gestão social e o desenvolvimento humano. A partir da revisão da literatura, constatou-se que a Inteligência Artificial vem assumindo papel cada vez mais relevante na transformação das organizações da sociedade civil, oferecendo recursos capazes de ampliar a

eficiência operacional, qualificar processos decisórios e fortalecer iniciativas voltadas à inclusão social, à educação e à promoção da cidadania.

Os estudos analisados evidenciam que a utilização da Inteligência Artificial pode contribuir significativamente para a otimização de processos administrativos, para a gestão baseada em dados e para a ampliação do alcance das ações desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor. Além disso, observou-se que tecnologias emergentes, especialmente aquelas associadas à Inteligência Artificial Generativa, ampliam as possibilidades de produção de conteúdos, disseminação do conhecimento e desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas à formação de indivíduos e comunidades.

Os resultados da literatura também indicam que a IA apresenta potencial para fortalecer processos de inclusão social e desenvolvimento humano, sobretudo por meio da democratização do acesso à informação, da personalização de serviços e da ampliação de oportunidades educacionais. Nesse sentido, a tecnologia não deve ser compreendida apenas como ferramenta de automação, mas como instrumento capaz de apoiar iniciativas voltadas à redução de desigualdades e ao fortalecimento das capacidades individuais e coletivas.

Entretanto, a revisão realizada demonstra que a incorporação da Inteligência Artificial ao Terceiro Setor exige atenção permanente a questões éticas, legais e institucionais. Aspectos relacionados à privacidade de dados, à transparência algorítmica, à segurança da informação e à governança digital constituem desafios relevantes para organizações que pretendem utilizar essas tecnologias de

forma responsável. Da mesma forma, a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e de ampliação da infraestrutura tecnológica representa condição essencial para que os benefícios da inovação sejam efetivamente alcançados.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da análise refere-se à necessidade de fortalecimento de práticas pautadas pela transparência e pela responsabilidade social. Em um cenário marcado pela expansão de discursos relacionados à sustentabilidade, torna-se fundamental que as organizações do Terceiro Setor mantenham compromisso com princípios éticos capazes de evitar práticas como *greenwashing* e *socialwashing*, preservando sua legitimidade institucional e sua credibilidade perante a sociedade.

Conclui-se, portanto, que a Inteligência Artificial representa uma oportunidade estratégica para o fortalecimento do Terceiro Setor, especialmente quando aplicada a iniciativas voltadas à educação, à inclusão digital, à inovação social e ao desenvolvimento humano. Contudo, os benefícios associados a essas tecnologias dependem da existência de estruturas de governança adequadas, de formação profissional contínua e da adoção de práticas alinhadas aos princípios da ética, da equidade e da responsabilidade social.

Como limitação, destaca-se que o estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, fundamentando-se exclusivamente em produções científicas e documentais já publicadas. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras realizem investigações empíricas em organizações do Terceiro Setor, analisando de forma mais aprofundada os impactos da Inteligência Artificial e da Inteligência Artificial Generativa em programas educacionais,

projetos sociais e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano. Tais estudos poderão contribuir para ampliar o conhecimento sobre a aplicação prática dessas tecnologias e seus efeitos na promoção de uma sociedade mais inclusiva, sustentável e orientada pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. É.; ESPEJO, R. A. **Contabilidade no terceiro setor**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

ARAÚJO, I. O. B. D. E. A. **Historiografia das ações sociais nas instituições escolares do Estado de São Paulo em parceria com o Terceiro Setor**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL. [S.l.]. 2006.

ARAÚJO, R. O. A.; CÂNDIDO, G. A. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. **Espacios**, Campina Grande, 36, n. 13, 15 maio 2015. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a15v36n13/15361301.html>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BIANCO, M. R. **O caminho de Compostela**: prática da caritas e exercício do poder monárquico. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122015-121304/publico/2015_MarianaRibeiroBianco_VOrig.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, Julho 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, Maio 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

CARNEIRO, M. D. S. Atos de Tomé e a idealização da sociedade romana. **Revista de interpretação bíblica latino-americana: RIBLA**, São Paulo, 1988. Disponível em: https://www.academia.edu/download/51557106/RIBLA_-_Atos_de_Tome_e_a_idealizacao_da_sociedade_romana.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

CHAAR, D. F. D. S.; CASTRO, E. V. D. F.; DIAS, M. N. P. Zona Franca de Manaus: novas perspectivas transnacionais à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Florianopolis, 8, 15 fev. 2023. 1-17. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/9108/pdf>.

CHARRONE, J. P. “Hegemonia” e “Intelectual Orgânico” na Primeira Idade Média: Gregório I e a (re)elaboração do vocábulo-conceito de rector. **Revista História São Paulo - Scielo Brasil**, São Paulo, 10 jun. 2020. 1-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/3MC3dWY8LCWyg5dB67KpFjH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

COELHO, T. C. Direitos humanos e empresas: responsabilidade civil de companhias, controladores e administradores pela prática de socialwashing. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, 60, jun. 2023. 292-

<https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/774/643>. Acesso em: 31 out. 2024.

FERRAREZI, E. R. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil:** a criação da lei das OSCIP (Lei 9.790/99). Brasília: Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2007. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/1265/1/Tese_2007_ElisabeteFerrarezi.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

KOTHE, P. **Responsabilidade social:** o encontro entre empresas e a sociedade civil. Santa Cruz do Sul: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/592/1/Patricia%20Kothe.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

MARQUEZ, J. A. R. **O desafio da captação de recursos nas organizações que compõem o terceiro setor.** Teófilo Otoni: Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufvjm.edu.br/server/api/core/bitstreams/125421b4-9935-437f-9c31-e593f58a6ce7/content>. Acesso em: 01 nov. 2024.

MEDEIROS, C. B. D.; ET AL. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. **Revista Gestão**, Pernambuco, 01 nov. 2017. 61-72. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7336162>. Acesso em: 01 nov. 2024.

MENDES, C. M.; ET AL. **Introdução à economia**. Florianópolis: CAPES : UAB, 2009. Disponível em: <https://archivepublicdomain.com/files/2024/01/introducao-economia.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

RAPHAEL, G. F.; DIAS, V. Greenwashing na moda. **Repositório Institucional do Conhecimento - RIC-CPS**, Americana, 2024. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/21561/1/20241S_Giovana%20Fernandes%20Raphael_OD2177.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

SACRAMENTO, J. D. S. **O Uso da Inteligência Artificial como Ferramenta na Redução da Taxa de Mortalidade de Empresas: Estudo de Caso em uma Microempresa do Setor Comercial**. 2. ed. São Paulo: UICLAP, 2024.

SILVA, D. D. A.; ARNAUD, F. I. M. Direitos x Participação Social: Da Filantropia ao Campo de Luta pela Democracia - Uma Breve Reflexão. **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE - UFMA**, São Luis, ago. 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/analises-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/direitosxparticipacao-social.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, E. V. D. **Introdução ao terceiro setor**. 1. ed. Recife: Instituto Internacional Despertando Vocações, 2024.

SILVA, R. H. D.; BORGES, F. D. F. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. **SIMPÓSIO DE TECNOLOGIA FATEC**

JABOTICABAL – SITEC, Jaboticabal, 06-09 Novembro 2023.

Disponível em:

<https://publicacoes.fatecjaboticabal.edu.br/sitec/article/view/304/249>.

Acesso em: 31 out. 2024.

VESCO, A. D. **Fundamentos do terceiro setor:** entidades sem fins lucrativos. Mafra: UnC, 2020. Disponível em: [https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Fundamentos_do_Terc](https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Fundamentos_do_Terceiro_Setor.pdf)
[eiro_Setor.pdf](https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Fundamentos_do_Terceiro_Setor.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

¹ Doutorando em Administração pela São Luiz University.
Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School. Mestre em Administração pela Must University. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo. Graduado em Matemática pelo Centro Universitário Internacional.
Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4834473703321012>